



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 17 DE SETEMBRO DE 2006
DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 1 – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-, entidade autárquica vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de sua Superintendência Regional em Goiás, com a finalidade de expropriar imóvel rural localizado nesta Capital, mediante declaração de interesse social, para fins de reforma agrária, propôs ação de desapropriação em face do proprietário do bem de raiz, senhor José da Silva. O conseqüente processo judicial foi distribuído à Primeira Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás. O INCRA, necessitando urgentemente de utilizar-se do imóvel declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, na inicial, pediu a pronta imissão provisória na posse do bem de raiz. Para tanto, a Autarquia ofereceu em depósito a quantia prévia de R\$ 330.000,00. A Autarquia, unilateralmente, ressaltou, que esse montante seria resultante de rigorosa e pormenorizada avaliação, executada sob as diretrizes da ABNT NB – 613/1981 – avaliação de imóveis rurais – e NBR 8951 – avaliação de glebas urbanizáveis, com nível de precisão enquadrado normal, utilizando-se do método comparativo e de dados de mercado, considerando a região dos imóveis, as confrontações das glebas, a hidrografia, o relevo, a preservação do meio ambiente, a vegetação, a aptidão de uso de terras, a ocupação circunvizinha, a localização estratégica e as benfeitorias públicas. A imissão provisória na posse do bem de raiz foi deferida pelo Juiz Federal depois do depósito da mencionada quantia ofertada, sendo parte do montante em dinheiro e outra parte em Títulos da Dívida Agrária, conforme permite a legislação pertinente. Após a imissão provisória na posse do bem, apesar de citado, o expropriado não ofereceu contestação. O Juiz Federal, então, proferiu decisão judiciária monocrática julgando procedente o pedido inicial em decorrência da ausência da contestação do expropriado, reputando como verdadeiro o preço da indenização ofertado unilateralmente pelo INCRA; e determinou a expedição do mandado de imissão definitiva na posse do imóvel



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

expropriado, valendo o *decisum* como transferência da propriedade no CRI da situação do referido imóvel rural. Agora, inconformado com a decisão proferida, o Senhor José da Silva contratou seu escritório de advocacia, a fim de ser adotada a medida cabível. Diante da suposta situação fática, na qualidade de advogado(a) do expropriado, apresente a peça prático-profissional que o caso reclama.

Questão 2 – Uma pessoa jurídica de direito privado, com atividade comercial e exclusiva de extração de árvores, consultou seu escritório de advocacia indagando se a floresta de preservação permanente, instituída pelo art. 2º do Código Florestal, localizada dentro da propriedade rural da empresa, deve ser indenizada pelo Poder Público em decorrência da limitação administrativa que lhe foi imposta. Considerando o que dispõe a doutrina e a jurisprudência sobre o assunto, fundamente, com suas próprias palavras, a resposta que vai dar a seu constituinte.

Questão 3 – A Lei Orgânica da Magistratura pode, presentemente, como meio de controle judicial de ato administrativo de quaisquer dos Poderes, criar outro tipo de recurso cabível em face de decisão sobre mandado de injunção? Fundamente sua resposta usando argumentos próprios.

Questão 4 – Maria da Silva, sem maiores motivações, justificando-se pelo interesse de conhecer teor de dados e registros não sigilosos a respeito do seu tempo de serviço, solicitou à Administração Pública mantenedora dos registros a certidão narrativa. O órgão público responsável pela expedição da certidão, contudo, quedou-se inerte diante do pedido da extração da certidão solicitada. De qual remédio constitucional pode valer-se Maria da Silva para satisfazer seu interesse pessoal? Fundamente sua resposta valendo-se de argumentos próprios.

Questão 5 – Um servidor público estadual processado civil e criminalmente em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções, pretende exercer sua defesa por meio da própria assistência judiciária do Estado-



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

membro. O pleito formulado pelo servidor viola a Constituição Federal de 1988? Fundamente sua resposta mediante argumentos próprios.

Questão 6 – É cediço que em concurso público a aprovação não gera direito subjetivo ao aproveitamento, salvo preterição por outro candidato. Nesse sentido, constando no regulamento do concurso público patrocinado pela Administração que ele se destina a selecionar candidatos para o preenchimento das vagas existentes nos cargos, os demais concorrentes também aprovados no concurso, mas que não foram aproveitados, têm direito líquido e certo às vagas que se criarem posteriormente? Fundamente sua resposta com argumentos pessoais.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 17 DE SETEMBRO DE 2006 DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL

1) EMERSON FRATINI foi informado de que o administrador judicial – JOSÉ DE SOUZA – nomeado pelo Juiz de Direito da Vara de Falência da Comarca desta Capital, deveria ter arrecadado para a massa todos os bens da empresa falida – MOREIRA E SILVA LTDA. – devendo, ainda, trazer à massa falida todos os bens que tivessem sido, maldosa ou fraudulentamente, alienados ou postos fora do alcance dos credores. O credor – EMERSON – soube, também, que os sócios proprietários da empresa falida, um ano antes de lhe ser decretada a falência, doaram à Sra. MARIA DE SOUZA um bem imóvel de grande valor econômico que pertencia ao patrimônio da empresa. Na condição de advogado de EMERSON FRATINI, elabore a petição inicial pertinente, obedecendo a todos os requisitos do artigo 282 do Código de Processo Civil e os demais dispositivos pertinentes ao caso.

2) A desconsideração da personalidade jurídica, na hipótese de falência de fornecedor de produtos ou serviços, deve ser solicitada pelo consumidor, em ação de conhecimento ou no bojo da ação executiva? Como deve ser compatibilizada a aplicação do art. 28, *caput*, parte final com o art. 82 da Lei nº 11.101/05? Justifique, fundamentando suas respostas.

3) A prescrição da ação executiva, fundada em cheque, pode ser reconhecida de ofício pelo juiz? Ultrapassada a possibilidade da mencionada ação, poderá o credor ingressar com outra espécie de ação? Qual é o prazo prescricional? Justifique e fundamente suas respostas.

4) FRAN DE SOUZA adquiriu um veículo Vectra do Banco GM, pelo valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante Contrato de Financiamento com garantia de alienação fiduciária, a ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

reais) cada uma, vencendo a primeira em 10/03/2006. Como garantia do cumprimento da obrigação, FRAN DE SOUZA entregou em alienação fiduciária o veículo, mas somente efetuou o pagamento de uma parcela. Estando vencidas 05 (cinco) parcelas, o Banco GM ingressou com a Ação de Busca e Apreensão, tendo o juiz deferido a liminar. Cumprida a referida ordem, o réu deseja a restituição do bem. Pergunta-se: que deverá ele fazer e qual o prazo que a lei lhe faculta? Justifique, fundamentando sua resposta.

5) No contrato social constitutivo da empresa SABA & MENEZES constava que a participação de cada sócio nos lucros da referida sociedade seria à razão de 10% (dez por cento), apurados ao final de cada exercício. O objeto social era o comércio de material odontológico. Na primeira alteração contratual, dois sócios, que representam 80% (oitenta por cento) da totalidade das quotas sociais, deliberaram alterar o contrato originário para determinar que o percentual de participação de cada sócio nos lucros da sociedade seria de 15% (quinze por cento) um a serem apurados ao final de cada exercício e, ainda, que o objeto social passaria a ser o comércio de material cirúrgico-hospitalar. Pergunta-se: O procedimento está correto? Justifique e fundamente sua resposta.

6) Sabe-se que um dos elementos fundamentais da constituição das sociedades é a *affectio societatis*. Se o sócio minoritário ferir o dever de lealdade e cooperação recíproca, causando a desarmonia entre os sócios, o que o sócio majoritário poderá fazer? Justifique, fundamentando sua resposta.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 17 DE SETEMBRO DE 2006 DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

Questão 01. Em uma locação de imóvel comercial, foi consentida sua sublocação. O sublocatário, que efetuava pontualmente o pagamento dos alugueis ao sublocador, recebeu uma notificação informando-lhe a existência de ação judicial proposta pelo locador em face do locatário cobrando o pagamento dos alugueis em atraso. Assustado, o sublocatário resolveu procurar um(a) advogado(a) para obter informações sobre como deveria proceder juridicamente para ver resguardado o seu direito de continuar no imóvel, como fazer prevalecer os pagamentos dos alugueis realizados, quais os procedimentos a serem adotados por ele durante o curso da demanda e quais as conseqüências dela advindas. Na condição do(a) causídico(a) constituído(a), responda às indagações do sublocatário, fundamentando suas respostas por meio de citação de dispositivos legais, se houver.

Questão 02. A decisão de mérito proferida pelo juízo de 1º grau, nos autos de um mandado de segurança acabou por prejudicar uma terceira pessoa, a qual não fazia parte da relação processual estabelecida no referido *mandamus*. O prejudicado, ao tomar conhecimento da situação, no dia 17 de março do ano X, resolveu constituir um(a) advogado(a) para que ele(a) adotasse as medidas cabíveis, informando que a mencionada sentença fora publicada na imprensa oficial no dia 01º março do referido ano, sexta feira, sendo que a ciência da autoridade coatora ocorrera no dia 10 de fevereiro do mesmo ano, segunda-feira. Na condição do(a) patrono(a) constituído, informe, de forma justificada, se ainda existe prazo hábil para a propositura do recurso cabível e qual medida poderá ser adotada.

Questão 03. O Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública em face de um Município, na qual houve o deferimento do pedido liminar impedindo os efeitos de determinado ato do executivo, situação esta que se fosse mantida,



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

iria impedir o referido ente público de obter significativa receita, para beneficiar projetos assistenciais de relevância. Entretanto, somente após 30 (trinta) dias da ciência da referida decisão, período este também referente à juntada do mandado nos autos, o Prefeito municipal resolveu constituir um(a) advogado(a) específico para atuar no caso, determinando apenas que fossem tomadas todas as medidas recursais cabíveis para reverter a mencionada decisão proferida no Juízo da comarca local. Na condição de contratado(a), com qual(ais) medida(s) judicial(ais) o ente municipal pode ingressar e em que instância(s) será(ão) competente(s) para julgar-la(s), bem como qual (quais) o(s) prazo(s) a ser(em) observado(s)? Justifique sua resposta, apontando o(s) dispositivo(s) legal(ais) aplicável(eis) ao caso, se houver.

Questão 04. Em sentença de mérito prolatada em audiência de instrução e julgamento, nos autos de ação de indenização que tramitava no Juizado Especial Cível, julgou-se procedente o pedido inicial. O réu, por meio de seu patrono(a), por entender existir obscuridade na referida decisão, opôs embargos de declaração, no último dia do prazo. Os embargos não foram acolhidos. Porém o réu, inconformado com a referida sentença, resolveu comunicar o(a) patrono(a) da demanda sua intenção de recorrer. Na condição de patrono(a) do réu, informe se ainda existe possibilidade de recurso. Em caso afirmativo, especifique o recurso e informe qual o prazo para a sua interposição (ou oposição, se aplicável). Justifique sua resposta, mencionando o(s) dispositivo(s) legal(ais) aplicável(eis) ao caso.

Questão 05. Em um comunicado veiculado em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, o seu conteúdo fez referência a uma determinada pessoa, a qual se sentiu lesada em sua moral. Acontece que o referido periódico circulou no dia 3 de janeiro de 2006 e somente em setembro do mesmo ano o então ofendido resolveu constituir um(a) advogado(a) para saber se seria possível o ajuizamento de alguma demanda judicial visando a compelir o ofensor a pagar-lhe uma justa indenização pelos danos morais sofridos. Na condição do escolhido(a) pela pessoa prejudicada, esclareça, de forma justificada, se é



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

possível ingressar com alguma medida judicial. Justifique sua resposta, citando todos os dispositivos legais aplicáveis ao caso, se existirem.

Questão 06. Sicrano, residente em Goiânia, adquiriu, há mais de quatro anos, um veículo usado da concessionária 'Avante', situada na referida capital. Entretanto, recentemente, com base em informações fornecidas por oficina não autorizada, a qual mencionou a existência de um defeito grave no bloco do motor do automóvel, Sicrano resolveu reclamar ao PROCON-GOIÁS (Superintendência ligada à Secretaria da Justiça do Estado de Goiás integrante da Administração Pública Direta), pleiteando a substituição do bem por outro ou o pagamento de uma indenização. Durante a tramitação do procedimento no referido Órgão, a concessionária fez sua defesa e requereu a participação do fabricante do mencionado bem e a realização de perícia na peça do veículo, na qual se alegou a existência de defeito. A decisão administrativa inicial, que foi mantida na instância recursal, indeferiu a participação do fabricante e a realização da perícia, condenou a concessionária ao pagamento de indenização correspondente à substituição da peça defeituosa, além de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que, se esta não fosse paga no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão do recurso final interposto, ela iria ser inscrita na Dívida Ativa, situação esta a gerar restrição nas operações de crédito da empresa 'Avante'. Inconformada com a decisão do respeitável Órgão e preocupada com a possibilidade de ter impedimento em suas operações de crédito devido à restrição a ser efetivada pelo PROCON-GOIÁS, a concessionária resolveu constituir um(a) advogado(a) para ingressar com a ação competente, tendo como objetivo principal evitar a inclusão do nome da empresa 'Avante' no cadastro de inadimplentes, uma vez que ela não iria efetuar o pagamento da multa fixada. Tal providência jurídica teria de observar prazo exíguo, pois a concessionária não poderia ter restrições, nem por um dia, em seu 'nome'. Na condição do(a) patrono(a) escolhido(a), elabore a peça processual competente a atender os interesses da concessionária 'Avante'.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 17 DE SETEMBRO DE 2006 DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Questão nº 1 - Fulano de Tal, empregado da Empreendimentos ABC (pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede nesta Capital), na manhã do dia 02.12.2000, ao desempenhar suas funções operando maquinário, sofreu acidente de trabalho, que resultou no esmagamento parcial de um braço. Do evento decorreu imediata redução de sua capacidade laboral, constatada por laudo do INSS, em 02.02.2001.

Ajuizou reclamatória trabalhista na qual requereu indenização por danos materiais, referentes às despesas com seu tratamento médico (fisioterapia e remédios), além de lucros cessantes. Juntou cópias não-autenticadas do laudo do INSS acima referido e de um recibo de consulta com fisioterapeuta; alegou que seu tratamento perdura até os dias atuais, sem perspectiva de melhora em sua condição. Não juntou documentos comprobatórios das despesas com remédios, por considerá-las fato notório (Código de Processo Civil, art. 334, I). Pediu a este título indenização de R\$100.000,00. Requereu a aplicação do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil à espécie. Além disso, requereu indenização por dano moral, em valor a ser arbitrado pelo juízo.

Segundo o Departamento de Pessoal da empresa, há disposições no regulamento interno que instituem regras para a operação desempenhada, mas o empregado faltou ao treinamento oferecido para manuseio do maquinário. Ainda, após sua recuperação, o autor foi transferido para uma função adequada à sua nova condição, sem decréscimo salarial.

Na qualidade de advogado da empresa, elabore resposta aos termos da inicial. Considere como data de ajuizamento da reclamatória trabalhista a data de realização desta prova.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

As respostas das questões seguintes devem ser fundamentadas, nelas constando sempre os dispositivos legais e sumulares que lhes servirem de base. A questão será considerada errada caso o candidato se limite a copiar trechos de livros doutrinários. Se houver divergência doutrinária ou jurisprudencial relevante, o candidato deverá justificar a posição que assumir.

Questão nº 2 - O dono de uma empresa dirige-se a seu escritório profissional; relatando que um de seus empregados acaba de se aposentar, e que ela tem interesse em demiti-lo. Pede sua orientação: afinal de contas, o contrato de trabalho do referido empregado foi ou não extinto com a aposentadoria? Devem ser pagas todas as verbas rescisórias? Em caso de demissão, existe algum risco de condenação em ação trabalhista?

Questão nº 3 - As alterações que a Lei 11.232/2005 introduziu no Código de Processo Civil repercutem no processo do trabalho? Por quê?

Questão nº 4 - Fulano de Tal, membro eleito da direção de entidade sindical (3º suplente do diretor de relações públicas), foi demitido sem justa causa por seu empregador. Inconformado com a situação, ele comparece a seu escritório profissional, munido de documentação hábil a comprovar os fatos. O senhor constata que a chapa eleita conta com 92 membros. A atitude do empregador de Fulano se sustenta? Se não, qual o meio processual para reverter a situação?

Questão nº 5 - A prescrição intercorrente pode ser aplicada na Justiça do Trabalho? Por quê?

Questão nº 6 - Sicrano da Silva foi recentemente demitido de seu emprego por justa causa (CLT 482, g). Comparece a seu escritório profissional afirmando que se tratou de arbitrariedade, pois seu ex-patrão sequer lhe deu oportunidade para defender-se. Indignado com a falta de observância de seu direito ao contraditório e à ampla defesa, que sabe ser garantido pela Constituição, procura seu auxílio. Pois bem: aplica-se ao empregado o artigo 5º, LV da Constituição da República? Por quê?

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 17 DE SETEMBRO DE 2006 DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 01:

O município de Piraponga editou em 27 de dezembro uma lei dispoendo sobre o IPTU. A lei acabou gerando duas correntes de interpretação, sendo uma delas mais onerosa que a outra. Diante do impasse, o Governo Municipal editou outra lei de cunho interpretativo, em junho do ano seguinte, adotando como procedimento correto o lançamento do tributo pela forma mais onerosa. A Secretaria de Fazenda do Município com fundamento na norma interpretativa, notifica todos os contribuintes que recolheram o imposto de forma menos onerosa para que complementem o recolhimento. Formule ação própria para impedir a pretensão do Governo Municipal.

QUESTÃO 02:

CRISTINO, pessoa física, adquiriu de ARGEMIRO, também pessoa física, que parou de comerciar, uma empresa de transportes, estipulando em contrato que o vendedor (Argemiro) assumiria a responsabilidade total por eventuais débitos fiscais devidos até aquela data. Passado um ano, o Fisco, verificando os livros e documentos da empresa, apurou diferença referente aos três últimos anos, sendo dois deles do tempo em que o proprietário era o ARGEMIRO. O autuado, CRISTINO, formula sua defesa argüindo a responsabilidade contratual assumida pelo vendedor do estabelecimento. Está correto o procedimento do Fisco? Fundamente a resposta com os dispositivos legais aplicáveis.

QUESTÃO 03:

Alíquota zero e isenção têm o mesmo significado? Justifique.

QUESTÃO 04:

O contribuinte que declara espontaneamente a ocorrência de determinado fato gerador, mas não providencia o recolhimento da importância devida



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

imediatamente, está sujeito à execução fiscal de pronto, ficando dispensado o processo administrativo tributário? Justifique.

QUESTÃO 05:

Imunidade e não incidência têm o mesmo significado? Justifique.

QUESTÃO 06:

O que é competência residual? Justifique e exemplifique.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 17 DE SETEMBRO DE 2006 DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

"O Processo Penal é uma garantia de Liberdade, e não de condenação do Indivíduo. Para condenar simplesmente, não precisaríamos de Processo."

Compilado do Ilustre Professor Byron Seabra Guimarães

01) André, maior e capaz, acusado primário, bons antecedentes, foi preso em flagrante delito por haver cometido homicídio doloso, visto que havia sido seqüestrado por um bandido, e, no momento em que estava sendo levado para o cárcere, viu o rosto do bandido, razão por que o bandido resolveu executá-lo (matar André). Como a vítima, André, não tinha outra opção, usou de sua arma (possuía toda a documentação necessária e hábil para o porte da arma), que levava escondida na roupa, e desferiu um tiro no bandido, matando-o. André, então, chamou a polícia militar ao local do cativo, e assumiu a autoria do disparo, dizendo, ainda, que tinha, sim, a intenção de matar o bandido ao desferir aquele tiro. Tendo sido levado preso em flagrante delito à delegacia do 4º Distrito da Policial Civil da Comarca de Goiânia, Goiás, ele o convoca, como seu advogado, para defendê-lo. O que pode ser feito (detalhe o seu pedido) para colocá-lo em liberdade? Faça a peça jurídica que entender comportável para devolver a liberdade a André. Não se identifique na peça. Se necessário assinar, assine como Alberto Roberto, advogado inscrito na OAB.GO sob o nº 45.000, com assinatura em letras de forma.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

02) O Juiz de uma Vara Criminal profere, em processo de Ação Penal, decisão interlocutória (da qual cabe recurso), que causa prejuízo a um dos acusados. O advogado desse acusado é intimado por mandado, entregue pessoalmente pelo Oficial de Justiça, do teor dessa decisão. Não há necessidade de intimação pessoal da parte (do cliente do advogado) do teor dessa decisão. O prazo para o advogado manejar o recurso comportável começará a ser contado a partir de quando? Explique com relação às regras gerais do processo penal brasileiro, comparando-as às regras do processo civil brasileiro, estabelecendo paralelo entre elas.

03) O que é “crime de menor potencial ofensivo” para fins de caracterização de Alçada dos Juizados Especiais Criminais no âmbito da Justiça Estadual? Fundamente legal e objetivamente sua resposta.

04) Em uma situação hipotética, Arthur sofre lesão corporal, lesão esta que ele alega ter sido ocasionada com evidente dolo. Arthur então submete-se a exame de lesões corporais, no qual se constata que por causa delas ele ficará 45 (quarenta e cinco) dias impossibilitado de trabalhar. O advogado do suposto autor das lesões, após o 30^º (trigésimo) do dia em que teria ocorrido o fato (as lesões), requer seja feito outro exame para verificar se realmente está Arthur, ainda, impossibilitado de trabalhar (incapacitado para as ocupações habituais). Qual a razão dessa solicitação? Dependendo do resultado desse novo exame, o que deverá acontecer, processualmente, inclusive com relação ao Inquérito Policial eventualmente já instaurado?



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

05) Wando foi vítima de um crime de estelionato, praticado pela senhora Duas Estrelas. Wando havia pago a Duas Estrelas R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em troca de um apartamento. Entretanto, meses depois de entregue o dinheiro à senhora Duas Estrelas, que, inclusive, lhe passou a escritura do imóvel, Wando ficou sabendo que não existia tal imóvel, sendo tudo falsificação de Duas Estrelas. Wando, então, requereu fosse iniciado Inquérito Policial para apurar o ocorrido, o que de fato foi feito, sobrevivendo inclusive posterior oferecimento de Denúncia pelo titular natural daquela Ação Penal, visando à condenação de Duas Estrelas. Esta foi condenada em razão desse crime cometido, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Duas Estrelas e Wando já eram maiores e capazes à época do fato. Não houve qualquer causa extintiva da punibilidade.

Paralelamente, Wando iniciou uma Ação de Indenização (poderia ser de Ação de Cobrança, o que é indiferente para a presente questão) contra Duas Estrelas, para reaver seu dinheiro. Ele ganhou a ação cível (seu pedido foi julgado procedente). Entretanto, ao tentar executar a sentença cível, viu-se impossibilitado de ver seu crédito satisfeito, porque ela, Duas Estrelas, somente possuía uma casa que estava avaliada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ademais não possuía qualquer outro bem, e ele não poderia penhorar aquele bem, pois a defesa de Duas Estrelas alegou que aquele imóvel era impenhorável, conforme a Lei nº 8.009¹, de 29 de março de 1990. Duas Estrelas

¹¹ LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990.

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

...

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I - em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;

II - pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

III -- pelo credor de pensão alimentícia;



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

não possui qualquer outro bem. E agora, ele (Wando) tem alguma saída para ver seu crédito satisfeito? Justifique sua resposta.

06) Estão sendo investigados um Policial Federal, um Desembargador do TJDF e um Ministro de Estado, visto que há notícias do envolvimento deles em uma quadrilha que executa fraudes ao Fisco Distrital. É enviado o Inquérito Policial ao Tribunal de Justiça do DF e Territórios, e lá é oferecida uma única Denúncia contra todos os então investigados. Os Acusados foram, então, citados/notificados, eis que fora lá recebida essa Denúncia, após oportunizada a defesa preliminar de que trata o artigo 514 do CPP. Um dos Acusados, ocupante do cargo de Ministro de Estado, o procura, para que você patrocine sua defesa, e lhe pergunta, de antemão: “_ Essa Denúncia podia ter sido realmente recebida? O que se pode fazer, Doutor?”. O que você responderia a seu cliente? Fundamente sua resposta com argumentos legais.

IV - para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

V - para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar;

VI - por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

VII - por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. *(Incluído pela Lei nº 8.245, de 18/10/91)* – (argumenta-se que este inciso fora derogado pela Emenda Constitucional nº 20, de autoria do então Senador Mauro Miranda)